ATA N.º 8/2015**Data da reunião extraordinária: 14-04-2015****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 09:30 horas****Términus da reunião: 11:00 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jorge Manuel Alves de Faria**Vereadores:**

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha
Carlos Manuel Pires Rei Amaro
José David da Silva Ribeiro
Carlos Manuel Godinho Matias
Tília dos Santos Nunes

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Ana Gertrudes Marques Ramos**Cargo:** Assistente Técnica**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:**

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1

4512/15 – PROPOSTA – POSSE ADMINISTRATIVA DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR NORTE E ACESSIBILIDADES

- Da Sr.^a Vice-Presidente, Ilda Joaquim, foi presente a seguinte proposta relativa à Posse Administrativa da Empreitada de Construção do Centro Escolar Norte e Acessibilidades”:

«Tendo presente o teor da deliberação de 03/02/2015, onde se determinou proceder à resolução do contrato por incumprimento imputável ao empreiteiro, e que se considera devidamente reproduzida para todos os efeitos legais, tendo ainda em conta os autos de vistoria efetuados no dia 27/01/2015, onde se identificaram os trabalhos não executados e os defeitos a corrigir;

considerando ainda que o atual regime legal a que esta empreitada se subsume (Código dos Contratos Públicos) não determina a realização formal de diligências em vista da posse administrativa da obra (fase em que, no anterior regime, impunha a realização de uma vistoria), concluiu-se que a posse administrativa resulta da própria extinção da relação contratual e que, na situação em apreço, já foi verificada de facto e de direito.

Ainda assim, se dúvidas houvesse, e de forma a acautelar os legítimos interesses de todas as partes, solicita-se se delibere proceder à formalização da tomada de posse administrativa por parte do Município, *ex vi da ratio legis* do n.º 3 do artigo 404.º e 325.º, ambos do CCP nos termos dos quais, o dono da obra tem competência para tomar a posse administrativa da obra, o que deve formalizar em auto.

Assim, solicita-se se delibere proceder a nova convocatória do legal representante da empresa Nogueira & Matias, para estar presente na realização da vistoria, e subscrição do respetivo auto e subsequente formalização do auto de posse administrativa, o que se realizará no dia 21/04/2015 pelas 9:30 no local da obra e será devidamente exarada em auto e imediatamente seguida da formalização do auto de posse atrás referido e do inventário dos bens.

Mais se deve notificar que, caso não confirme a sua presença até às 16:30 do dia 20/04/2015, desde já fica agendada para os mesmos fins e locais a data alternativa que se fixa no dia 22/04/2015 às 9:30, realizando-se as diligências com ou sem a presença dos convocados.

Mais se propõe se delibere que o representante do município nestas diligências seja a responsável pela fiscalização da obra, Sr.^a Eng.^a Patrícia Anacleto.»

- A Câmara, após aceitar e discutir esta proposta, aprovou-a por unanimidade.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2

4515/15 – ALTERAÇÃO N.º 3 AO ORÇAMENTO E GOP'S - 2015

- Do Chefe de Divisão de Finanças e Património, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente a seguinte informação que a seguir se transcreve, referente à Alteração n.º 3 do Orçamento e GOP'S para o Ano Económico de 2015, a fim de reforçar rubricas insuficientemente dotadas e inseridas no mesmo documento e a qual faz parte integrante da presente ata.

A SABER:

«Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013 de 12 setembro executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações.

Neste sentido serve a presente informação para dar a conhecer o resumo da alteração n.º 3 ao orçamento e GOP'S.

Uma das principais alterações resulta da adaptação do orçamento da despesa e da receita de modo a concretizar o lançar o procedimento concursal para finalização da obra "Execução do Centro Escolar Norte e Acessibilidades" (SGD 4487/2015). Inicialmente foi previsto no Orçamento de 2015 uma dotação de 150.000 €, mas por motivos diretamente imputados ao empreiteiro esta dotação terá de sofrer um reforço.

No orçamento da despesa será considerado o valor total do compromisso necessário para fazer face a esta despesa e na parte da receita será de incluir o valor correspondente ao financiamento comunitário.

A realização desta operação implica o aumento global do orçamento em 279.310 €, este valor resulta de:

<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>VALOR</i>
<i>Total do valor reforçado no PPI (1)</i>	<i>328.600</i>
<i>Total das anulações feitas no PPI (2)</i>	<i>49.290</i>
<i>Diferença (1-2)</i>	<i>279.310</i>
<i>Valor inscrito na classificação orçamental da receita 10.03.07</i>	<i>279.310</i>
<i>Valor global do orçamento</i>	
<i>Antes da alteração nº 3</i>	<i>19.025.918</i>
<i>Valor inscrito na receita e despesa</i>	<i>279.310</i>
<i>Valor do orçamento após alteração nº 2</i>	<i>19.305.228</i>

De acordo com o ponto 8.3.1.3 e 8.3.1.5 do POCAL o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a uma revisão orçamental **exceto** quando se trate por exemplo da aplicação de **receitas legalmente consignadas (como é o caso dos fundos comunitários)**.

Nesta situação o aumento global do orçamento pode ser efetuado através de uma alteração orçamental.

Anexa-se ao presente SGD (anexo 5) instruções do grupo da SATAPOCAL que na folha 9 e 10 refere esta operação.

Para além desta situação houve diversas adaptações ao orçamento da despesa e PPI que se resumem no quadro da folha seguinte.

Na escolha destas rubricas tivemos em conta o bom funcionamento do município, ou seja, não foram afetadas dotações necessárias às despesas certas e permanentes, mas sim, rubricas cuja dotação inicial se baseia unicamente numa previsão de despesa, não havendo no momento nenhum compromisso afeto às mesmas.

Em resumo a alteração n.º 3 implica o seguinte:

- Reforços de rubricas no valor total de 365.715,00€
- Diminuições de rubricas no valor de 86.405,00€
- Reforço do Orçamento da Receita no valor de 279.310,00€.»

- A Câmara aprovou, por maioria, a Alteração n.º 3 ao Orçamento e GOP'S para o Ano Económico de 2015.

- Votaram a favor os Vereadores Srs. David Ribeiro, Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente.

- Abstiveram-se os Vereadores Srs. Isilda Aguincha e Carlos Matias.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3

4487/15 – EMPREITADA DE EXECUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR NORTE E ACESSIBILIDADES - CONCLUSÃO

- Da Eng.ª Civil, Patrícia Anacleto, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação, relativa à abertura de um novo procedimento de empreitada da “Execução do Centro Escolar Norte e Acessibilidades - Conclusão”:

«A necessidade objetiva de concluir a empreitada de “Execução do Centro Escolar Norte e Acessibilidades”, resulta do incumprimento imputável ao empreiteiro “Nogueira e Matias” que entrou em falência/insolvência não podendo ser imputada à Entidade adjudicante.

Em tempo útil e de forma a garantir a abertura do próximo ano Letivo (setembro 2015) sem impedimentos, vimos apresentar Proposta para um novo procedimento de Empreitada “Execução do Centro Escolar Norte-Conclusão”, que submetemos para decisão superior.

Assim, apresentam-se os elementos relativos ao Projeto de execução, nomeadamente; Caderno de Encargos, Plano de segurança e saúde, Plano de prevenção e gestão de resíduos, Memória descritiva, Peças desenhadas e Mapa de quantidades e Estimativa orçamental.

A escolha do Procedimento, que se propõe seja definida em função de critérios materiais, nos termos do art.º 23 e art.º 24, alínea c) do CCP (Código dos Contratos Públicos) será o procedimento de Ajuste Direto por motivos de urgência imperiosa, sendo a decisão de contratar e de autorização da despesa estabelecidas de acordo com o n.º 1 do art.º 36.º do mesmo Código.

No art.º 24 alínea c) pode ler-se, “**...Qualquer que seja o objeto do contrato a celebrar, pode adotar-se o Ajuste Direto quando:....c) Na medida do estritamente necessário e por motivos de urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis pela Entidade adjudicante não possam ser cumpridos os prazos inerentes aos demais procedimentos, e desde que as circunstâncias invocadas não sejam, em caso algum, imputáveis à Entidade Adjudicante...**”.

Por forma a justificar a adequabilidade da escolha do procedimento à situação da empreitada inacabada, passamos a enunciar; “**...Na medida do estritamente necessário...**”, visto que só vão ser concursados os trabalhos necessários à conclusão da obra, objeto do contrato de financiamento, que permitem a “proteção do existente”, ou seja garantir que os equipamentos e materiais instalados e colocados em obra vão ser concluídos, testados e acionados de forma a evitar a sua degradação. “**...por motivos de urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis pela Entidade adjudicante,....**” pelo facto da urgência ser consubstanciada na necessidade de absorver recursos, nomeadamente no aproveitamento do conhecimento técnico dos subempreiteiros e dos fornecedores de materiais e equipamentos e dos Projetistas que ainda poderá ser facilitado e na necessidade de garantir o início do novo Ano letivo (setembro

2015) que precisa de ser antecipado (Julho 2015) para poder dispor da totalidade das instalações. “...**e desde que as circunstâncias invocadas não sejam, em caso algum, imputáveis á Entidade Adjudicante...**”, pelo facto de ter que conseguir, após verificação do incumprimento por parte do Empreiteiro no final de setembro de 2014, a tramitação legal indispensável à rescisão do contrato , só possível em Março de 2015.

Pelo conhecimento que tem do tipo de trabalhos a executar, visto ter participado como subempreiteiro na Empreitada que não foi concluída, sendo assim vantajoso do ponto de vista técnico e económico e por demonstrar capacidade para a sua realização, propõe-se que seja convidada a seguinte entidade:

JC Bartolomeu – Instalações Elétricas, Lda.

Rua Fonte de S. José n.º 22

Alferrarede

220 – 058 Abrantes

Escritório.jcb@sapo.pt

geral@jcbartolomeu.pt

Propõe-se a nomeação de Júri, nos termos do art.º 67 e respetiva delegação de competências nos termos do art.º 69 do CCP, com a seguinte constituição; Membros efetivos – Presidente, José Blazer, Eng.º - Patrícia Anacleto, Eng.ª – Paula Cardoso, Assistente técnica e Membros suplentes – Nuno Carda, Eng.º - Filipa Silvestre, Dr.ª.

O valor base para a execução dos trabalhos é de 310.000,00 € (trezentos e dez mil euros) e o prazo de execução é de 45 (quarenta e cinco) dias.

Deverá ser verificada a cabimentação e tudo demais à luz da lei dos compromissos relativo a este procedimento.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, aprovar e rubricar o convite, caderno de encargos, restantes elementos relativos ao projeto de execução e abrir o respetivo concurso para a conclusão da empreitada.

- Mais deliberou aprovar a constituição do júri, de acordo com a informação.

A Vereadora Sr.ª Isilda Aguincha, fez a seguinte declaração de voto:

«Senhor Presidente e Senhores Vereadores: dou nota de que, pese embora normalmente questione matérias de ajuste direto, ainda por cima deste montante - sabendo que legalmente ele é possível - entendendo que é absolutamente premente resolver o problema pelo que, com as explicações dadas pelo Senhor Presidente, votei favoravelmente este processo.»

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4

4448/15 – FUNDOS DISPONÍVEIS 2015 – ANTECIPAÇÃO MÊS DE ABRIL – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Do Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente a seguinte informação relativa à antecipação de Fundos Disponíveis 2015:

«Com o fecho do mês de março e cálculo dos fundos disponíveis para o mês de abril verifica-se que os fundos disponíveis são insuficientes para a gestão normal do município.

Esta situação deve-se principalmente às seguintes situações:

- Desvios verificados entre a previsão da receita e o efetivamente cobrado;

As previsões de receita são calculadas com base na média do período homólogo dos últimos 2 anos, contudo, devido à conjuntura as cobranças têm ficado bastante abaixo das previsões.

Em relação à receita corrente o desvio foi o seguinte (ver mapas do anexo 1, 2 e 3):

Cobrado no 1º Trimestre de 2013	2.216.300,22 €
Cobrado no 1º Trimestre de 2014	2.235.057,77 €
Média	2.225.679,00 €
Cobrado no 1º Trimestre de 2015	2.100.950,09 €
Diferença	124.778,91 €

- Não concretização da previsão de recebimento (306.590,94 €) referente processo de obras 15/2012 para construção de edifício na Rua José Régio por parte da entidade Trindade e Martins (SGD 3399);

- Inclusão no período de cálculo (abril a junho) do subsídio de férias a pagar em junho (cerca de 250.000 €);

Para ultrapassar esta situação teremos de utilizar os mecanismos previstos na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), nomeadamente o art.º 4 (aumento temporário dos fundos disponíveis).

Sendo assim será necessário fazer as seguintes antecipações:

- Antecipação de receitas próprias

Total = 620.000 € (1) Carece de deliberação

O mês de correção será o mês de dezembro.

- Antecipação de receitas gerais (Fundos Comunitários)

Material Didático - Esc. Básica Ruy Andrade = **39.821,25 €**

Mobiliário Escolar - Ruy Andrade (Ultima fase) = **41.663,78 €**

Total = 81.485,03 € (2)

A antecipação de verbas de fundos comunitários é feita com base no Art.º 175 da Lei 66-B/2013. Este artigo vem alterar o art.º 4 da Lei n.º 8/2012, ou seja, a autorização prevista no n.º 1 (autorização pela câmara municipal) é dispensada no caso de receitas consignadas.

O total das antecipações é no valor de = 701.485,03€ (1 + 2)

Em relação ao mês de dezembro (mês de correção) prevê-se o seguinte cenário:

Previsão de Receita: 1.524.030,06 €

Previsão de Despesa: 809.706,69 €

Margem: 714.323,37 €

De referir que no período de calculo (abril a junho) está a ser corrigida / anulada a antecipação de 500.000 € anteriormente deliberada.

Em resumo, deverá a câmara deliberar no sentido de antecipar 620.000 € (com correção no mês de dezembro) ao abrigo do art.º 4 da Lei n.º 8/2012 (LCPA).»

Sobre este assunto, o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:

«Ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, autorizo conforme proposto, sujeito a ratificação posterior pela Câmara.»

- A Câmara, deliberou por maioria, ratificar o despacho.

- Votaram a favor os Vereadores Srs. David Ribeiro, Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente;
- Votou contra a Vereadora Sr.^a Isilda Aguincha; e
- Absteve-se o Vereador Sr. Carlos Matias.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.
- E eu, _____, Assistente Técnica na Secção da Secretaria Geral e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente.